Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i3.24853

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E CRISE DE HUMANIDADE: OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DOENÇAS CRÔNICAS

COMMODIFICATION OF EDUCATION AND CRISIS OF HUMANITY: CHALLENGES FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH CHRONIC ILLNESSES

MERCANTILIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN Y CRISIS DE HUMANIDAD: DESAFÍOS PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON ENFERMEDADES CRÓNICAS

Carolina Lemos Rodrigues Conde[1]

RESUMO: O artigo analisa como a mercantilização da educação e a consolidação da lógica performativa nas políticas educacionais contemporâneas produzem uma crise de humanidade que impacta diretamente a inclusão de estudantes com doenças crônicas. Fundamentado nas contribuições de Stephen J. Ball, Jean Baudrillard e Joan C. Tronto, o texto argumenta que o neoliberalismo redefine o sentido da educação ao priorizar desempenho mensurável, competitividade e responsabilização. Ball demonstra que as políticas educacionais produzem subjetividades e instauram regimes de performatividade que marginalizam práticas de cuidado. Baudrillard contribui ao evidenciar que indicadores e *rankings* deixam de representar a realidade e passam a constituí-la simbolicamente, configurando um simulacro de qualidade. Tronto, por sua vez, recoloca o cuidado como fundamento ético e democrático da vida institucional. Nesse contexto, a vulnerabilidade de estudantes com doenças crônicas é também politicamente produzida, pois suas necessidades de atenção e flexibilidade entram em tensão com sistemas orientados por eficiência comparativa. O artigo conclui que a inclusão efetiva exige reorganizar a escola em torno da responsabilidade coletiva pelo cuidado.

Palavras-chave: Performatividade. Ética do cuidado. Inclusão escolar.

ABSTRACT: This article examines how the commodification of education and the consolidation of performative logic in contemporary educational policies generate a crisis of humanity that directly affects the inclusion of students with chronic illnesses. Drawing on the work of Stephen J. Ball, Jean Baudrillard, and Joan C. Tronto, it argues that neoliberalism reshapes the meaning of education by prioritizing measurable performance, competitiveness, and accountability. Ball shows that educational policies produce subjectivities and establish regimes of performativity that marginalize care practices. Baudrillard highlights how indicators and rankings cease to represent educational reality and instead symbolically construct it, creating a simulacrum of quality. Tronto repositions care as the ethical and democratic foundation of institutional life. Within this framework, the vulnerability of students with chronic illnesses is also politically produced, as their need for attention and flexibility conflicts with systems driven by comparative efficiency. The article concludes that effective inclusion requires reorganizing schools around collective responsibility for care.

Keywords: Performativity. Ethics of care. School inclusion.

[1]Mestre em Educação e Saúde na Infância e Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

RESUMEN: El artículo analiza cómo la mercantilización de la educación y la consolidación de la lógica performativa en las políticas educativas contemporáneas generan una crisis de humanidad que afecta directamente la inclusión de estudiantes con enfermedades crónicas. Basado en las contribuciones de Stephen J. Ball, Jean Baudrillard y Joan C. Tronto, el texto sostiene que el neoliberalismo redefine el sentido de la educación al priorizar el rendimiento medible, la competitividad y la rendición de cuentas. Ball demuestra que las políticas educativas producen subjetividades y establecen regímenes de performatividad que marginan las prácticas de cuidado. Baudrillard señala que los indicadores y rankings dejan de representar la realidad educativa y pasan a construirla simbólicamente, configurando un simulacro de calidad. Tronto, por su parte, sitúa el cuidado como fundamento ético y democrático de la vida institucional. En este contexto, la vulnerabilidad de los estudiantes con enfermedades crónicas también es políticamente producida, ya que sus necesidades de atención y flexibilidad entran en tensión con sistemas orientados por la eficiencia comparativa. El artículo concluye que la inclusión efectiva exige reorganizar la escuela en torno a la responsabilidad colectiva del cuidado.

Palabras clave: Performatividad. Ética del cuidado. Inclusión escolar.

INTRODUÇÃO

A escola é o lugar em que a relação entre professores e alunos é marcada pela troca de conhecimento, afeto e, muitas vezes, pelo cuidado. Nela, temos um dos principais espaços de socialização, onde se aprende a conviver com as diferenças e com o diferente, a se relacionar com os demais, a criar laços de solidariedade e de amizade. No entanto, o sistema educacional atual está cada vez mais sendo influenciado pela lógica do consumo, transformando estudantes e professores em objetos do mercado econômico, esvaziando as relações pedagógicas genuínas e, principalmente, as humanas (ARAÚJO et al., 2015).

Esse contexto é reflexo das últimas décadas em que as políticas educacionais passaram por transformações associadas à reconfiguração do papel dos governos, à ascensão do neoliberalismo e à consolidação de novas formas de governança baseadas na lógica do mercado, da performatividade e da responsabilização.

Para a análise e discussão deste cenário, o presente trabalho destaca os trabalhos do sociólogo britânico Stephen J. Ball (2012), como uma das mais profundas contribuições à compreensão crítica dessas mudanças, especialmente no que se refere às relações entre política educacional, classe social e produção de subjetividades, o também sociólogo e filósofo francês Jean Baudrillard (1995), que em sua obra A Sociedade do Consumo, demonstra através de sua análise crítica como as relações humanas e sociais têm sido moldadas pela lógica do mercado econômico, onde indivíduos e objetos são transformados em mercadorias e o consumo não se limita à aquisição de bens materiais, mas envolve um sistema de signos e valores, e pela

cientista política estadunidense Joan C. Tronto (1993; 2013), uma das principais teóricas sobre a Ética do Cuidado na atualidade, pois propõe uma ética política do cuidado que desloca o cuidado do âmbito privado e feminino para o centro da vida democrática e institucional.

Este texto sustenta o argumento de que esses autores oferecem não apenas uma análise descritiva das políticas educacionais contemporâneas, mas uma crítica às formas como o neoliberalismo reconfigura o sentido da educação, do trabalho docente, da justiça social e da própria experiência escolar. Em diálogo com os pensamentos de reautores fundamentais das Ciências da Educação como Pierre Bourdieu (2007) e Michel Foucault (1984), Basil Bernstein (1996), Michael Apple (2006) e Paulo Freire (1967; 2019), constroem uma abordagem que desloca a política do plano técnico-racional para o campo da disputa simbólica, cultural e moral, evidenciando como as reformas educacionais produzem novos sujeitos, novas desigualdades e novas formas de governança.

Ademais, a articulação entre esses notáveis intelectuais permite compreender a experiência escolar de alunos com doenças crônicas como situada na intersecção entre regimes performativos e falhas institucionais de cuidado e, portanto, expõe que a vulnerabilidade desses alunos não é apenas biomédica, mas politicamente produzida quando sistemas educacionais priorizam desempenho sobre responsividade. Assim, a escola performativa tende a marginalizar práticas de cuidado que não se traduzem em indicadores mensuráveis de desempenho, colocando em tensão o direito à aprendizagem, à saúde e à dignidade desses indivíduos.

POLÍTICA EDUCACIONAL COMO OBJETO SOCIOLÓGICO

Uma das contribuições mais significativas de Stephen Ball (2012) consiste em sua redefinição do que entendemos por política educacional. Em oposição às abordagens tecnocráticas, que concebem a política como um conjunto linear de decisões racionais implementadas de cima para baixo, o autor propõe entendê-la como um processo complexo, contingente e profundamente atravessado por relações de poder, valores, disputas discursivas e mediações institucionais. Sua formulação mais conhecida chamada de Ciclo de Políticas, entende a política como texto, discurso e prática, constituindo um marco teórico que dialoga intensamente com a virada pós-estruturalista nas Ciências Sociais e na Educação.

A distinção entre política como texto e política como discurso fornece o núcleo conceitual de seu pensamento. Enquanto texto, a política é instável, ambígua, aberta à

interpretação e à recontextualização nos contextos de prática, enquanto discurso, delimita o campo do pensável, estrutura o horizonte de inteligibilidade e estabelece o que pode ser considerado racional ou legítimo (BALL, 2012). Essa distinção é crucial para compreender a situação de estudantes com doenças crônicas, pois textos legais e regulamentações podem afirmar compromissos com inclusão, adaptações razoáveis e igualdade de oportunidades. Contudo, se o discurso dominante é estruturado pela performatividade, eficiência e competitividade, então, as adaptações necessárias à gestão de doenças crônicas no contexto escolar podem ser percebidas como desvios indesejáveis da norma institucional e, portanto, a política textual pode prever inclusão, mas a política discursiva pode desincentivá-la.

Essa reconfiguração no entendimento sobre as políticas tem implicações profundas para a pesquisa educacional, pois ela rompe com o paradigma positivista e funcionalista que marcou grande parte da análise de políticas públicas, especialmente aquela orientada para a avaliação de impactos mensuráveis e resultados padronizados. Em vez disso, Ball (2012) propõe uma sociologia da política educacional que privilegia a análise dos significados, das práticas cotidianas e dos efeitos subjetivos das políticas. Trata-se, portanto, de uma epistemologia crítica que reconhece o caráter constitutivo da linguagem, do discurso e das relações de poder na produção da realidade social.

Ball (2012) insiste que a política não deve ser tratada como variável técnica ou instrumento neutro de gestão. A política é apresentada como problema teórico: um campo de luta simbólica, discursiva e institucional no qual se produzem significados, posições de sujeito e regimes de verdade. Essa postura epistemológica é decisiva e ao rejeitar modelos lineares de implementação, o autor retira o foco da análise da eficácia instrumental para a produção de realidade social. Desta forma, sua contribuição ultrapassa o campo estrito da política educacional, oferecendo ferramentas essenciais para compreender tensões contemporâneas entre inclusão escolar e cuidado.

Atualmente, os alunos estão sendo frequentemente objetificados como clientes que buscam um produto, enquanto os professores se tornam prestadores de serviços, avaliados por sua capacidade em entregar resultados mensuráveis. A práxis educacional, que deveria priorizar a formação crítica e o desenvolvimento humano, é reduzida a uma troca de demandas e entregas, privando os indivíduos de sua complexidade e subjetividade.

Ocasionalmente encontramos instituições que adotam modelos pedagógicos formulados a partir de ideias e contributos do pensador e educador Paulo Freire (2019) que

defendia que educar é um processo de construção conjunta de conhecimento, onde professores e alunos são sujeitos ativos, não objetos passivos, e propunha uma pedagogia interativa que reconhece e valoriza a individualidade, a história e a cultura de cada pessoa. No entanto, a linha de educação mais comumente praticada é aquela apoiada nos resultados numéricos, relações de cliente e empresa, na lei da oferta e da procura e na maximização do lucro.

Para Baudrillard (1995), nas sociedades contemporâneas os objetos deixam de ser consumidos prioritariamente por seu valor de uso ou de troca e passam a circular como valor-signo. O consumo organiza-se como sistema de diferenciação simbólica. Não se adquire apenas um bem, mas uma posição social. Transpondo essa lógica para o campo educacional, observa-se que o diploma, a certificação e a marca institucional passam a funcionar como signos de distinção. A educação deixa de ser concebida predominantemente como formação crítica ou desenvolvimento humano e passa a ser entendida como investimento estratégico em capital competitivo e a qualidade torna-se aquilo que pode ser exibido e comparado.

Partindo desse contexto, na área da educação, tanto alunos, quanto professores, são reduzidos a objetos de um sistema que visa maximizar a produtividade e priorizar o alto desempenho, sendo modelados para atender às exigências de um mercado que desumaniza e degrada as relações interpessoais (ORTIZ et al., 2021). O símbolo deste cenário é concretizado pela quantidade de troféus e medalhas expostos nos principais espaços de diversas escolas e os *rankings* de aprovação em vestibulares das universidades, demonstrando, desta maneira, que a performatividade não é apenas uma técnica de gestão, mas uma forma de governo das condutas que redefine valores, prioridades e identidades profissionais.

OBJETIFICAÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

Em seu livro *Education Policy and Social Class*, Stephen Ball (2012) analisa como professores vivenciam reformas baseadas em performatividade, responsabilização e competição, e evidencia que tais políticas não apenas reorganizam práticas institucionais, mas transformam profundamente identidades profissionais, experiências emocionais e relações consigo mesmos e com os outros. Assim, professores são levados a monitorar continuamente seu desempenho, comparar-se com colegas, alinhar-se a metas institucionais e justificar suas práticas em termos de evidências mensuráveis.

O autor descreve esse fenômeno como uma forma de terror performativo caracterizado por ansiedade, insegurança, intensificação do trabalho e erosão do sentido profissional.

Professores passam a experimentar sentimentos de inadequação, culpa e fracasso quando não conseguem atender às demandas institucionais, mesmo quando tais demandas entram em conflito com suas convicções pedagógicas e éticas. Ao mesmo tempo, aqueles que conseguem se adaptar com sucesso à lógica performativa podem experimentar reconhecimento, status e recompensas simbólicas, reforçando a internalização do regime dominante.

Desta forma, ele assenta que as políticas educacionais contemporâneas produzem uma reconfiguração das economias morais da docência, desarticulando critérios de reconhecimento do cuidado, da dedicação e da formação humana para métricas de desempenho, produtividade e competitividade. Logo, o trabalho emocional dos professores é frequentemente invisibilizado, instrumentalizado ou desvalorizado.

Se Ball (2012) evidencia os mecanismos políticos da performatividade, Baudrillard (1995) permite compreender sua dimensão simbólica mais profunda. Para ele, as sociedades contemporâneas operam sob a lógica do simulacro, ou seja, os signos deixam de representar o real e passam a substituí-lo. Quando aplicada à educação, essa perspectiva sugere que o indicador não mede a aprendizagem, ele passa a defini-la, o *ranking* não expressa qualidade, ele a produz simbolicamente e a avaliação não descreve a realidade escolar, ela constrói uma hiper-realidade educacional.

O professor é tratado como engrenagem de uma máquina que privilegia a eficiência, o desempenho e os indicadores de produtividade, sobrecarregando-os com atividades burocráticas e, muitas vezes, fora do seu papel como agente transformador. Frequentemente são obrigados a trabalhar com classes numerosas, com poucos ou nenhum recurso e além de seu turno de trabalho, impedindo-os de ocupar-se em desenvolver práticas pedagógicas que beneficiem o aprendizado e suas relações com os educandos. Ademais, são desvalorizados, por vezes, vítimas de violência e, consequentemente, são tragados para uma vida na qual são desapropriados de seu próprio tempo, negligenciam sua saúde, automatizam suas relações e relegam sua existência como ser humano (DIEHL, MARIN, 2016; MELO et al., 2018).

Um estudo feito com 326 professores do ensino fundamental da rede pública (SANTOS et al., 2020) identificou que a qualidade de vida é fortemente influenciada por características socioeconômicas, condições de trabalho, tempo de deslocamento e pelas alterações na saúde, percebida nos distúrbios de voz como rouquidão, garganta seca, esforço e cansaço ao falar, transtornos mentais comuns como depressão e ansiedade, e queixas de dores osteomusculares nos ombros, pescoço, tornozelo e pés. Tais achados, evidenciam a precarização das condições

de trabalho docente, marcada pela intensificação da jornada, acúmulo de funções e exigências cada vez mais desproporcionais, aliados à ausência ou fragilidade de políticas de promoção à saúde, contribuindo para a manutenção de um ciclo contínuo de adoecimento físico e mental entre os professores.

Dentro deste contexto, Diehl e Marin (2016) demonstraram em seu estudo de revisão sistemática que, por ser considerada uma das profissões mais estressantes, a saúde mental do professor é um tema de relevância científica e tem sido foco de investigação de diversas áreas do conhecimento como a Psicologia e a Saúde Pública e Coletiva. Junto a isso, a Síndrome de Burnout e sintomas de estresse, ansiedade, esgotamento, depressão e problemas relacionados com o sono, foram os principais adoecimentos mentais encontrados nestes profissionais.

Adicionalmente, a pesquisa conduzida por Melo e De Micheli (2022), envolvendo 3.077 educadores dos níveis infantil, fundamental, médio e superior, revelou uma preocupante associação entre os fatores estressantes da rotina docente e o aumento de sintomas relacionados à Síndrome de Burnout, além do consumo de medicamentos, álcool e tabaco como estratégias de enfrentamento. Esse cenário evidencia o esgotamento físico e mental a que estão submetidos muitos professores, levando a afastamentos por recomendação médica, concessão de licenças prolongadas, readaptações funcionais e, em casos mais alarmantes, à permanência no trabalho sem condições psicológicas adequadas, o que contribui para o agravamento dos quadros de adoecimento. Tal realidade denuncia não apenas a precarização das condições de trabalho docente, mas também a ausência de políticas institucionais eficazes de prevenção e cuidado em saúde mental.

Logo, considerando que a saúde física e mental dos professores são condições preponderantes para o desenvolvimento de seu ofício e para que possam, além de suas competências pedagógicas formais, estimular a construção crítica, consciente e participativa dos indivíduos, este triste cenário revela que a industrialização e mercantilização da educação tem trazido consequências preocupantes não somente à qualidade do ensino como na vida daqueles imbuídos na missão de educar.

A lógica performativa tende a desvalorizar práticas pedagógicas que não produzem evidências quantificáveis como escuta, acolhimento, construção de vínculos e acompanhamento individualizado. Essas dimensões, centrais para uma educação democrática, tornam-se marginais em regimes orientados por métricas. Tronto (1993) permite, portanto,

recolocar a educação como prática relacional e ética, e não apenas como dispositivo de produção de capital humano ou de indicadores de desempenho.

Portanto, ao revelar como as políticas educacionais moldam identidades, práticas e subjetividades, é imprescindível destacar a importância de formar professores não apenas como técnicos competentes, mas como intelectuais críticos capazes de compreender, problematizar e resistir às lógicas performativas e mercantis que atravessam o campo educacional. Isso implica incorporar à formação docente uma compreensão crítica da política educacional, da sociologia da educação e das relações entre poder, conhecimento e subjetividade. Professores precisam ser capazes de ler políticas como textos e discursos, identificar seus pressupostos ideológicos, analisar seus efeitos sociais e negociar suas exigências de forma ética e reflexiva (BALL, 2012).

Complementarmente, é importante ressaltar que a escola, enquanto espaço de desenvolvimento integral do aluno, enfrenta desafios cada vez mais complexos relacionados à saúde física e mental dos alunos, exigindo por parte dos professores competências para identificação, acolhimento e encaminhamento adequados. A formação continuada e sua posição crítica frente aos desafios éticos e de cuidado no ambiente escolar são necessários para manter o profissional atualizado frente às novas demandas de sua profissão na sociedade contemporânea, visto que o professor atua como agente possuidor de habilidades diversas e específicas para lidar em ambientes cada vez mais heterogêneos.

Esses aspectos evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a valorização docente, ofereçam formação continuada de qualidade e garantam condições adequadas para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, visando a uma educação inclusiva e de excelência (PENSO et al., 2013).

A inserção de disciplinas sobre saúde na formação inicial dos docentes também é uma alternativa para garantir aos professores já iniciarem suas carreiras com um conhecimento básico sobre essas questões. Além disso, é essencial promover uma cultura escolar que valorize o cuidado e a inclusão, incentivando a colaboração entre todos os membros da comunidade escolar.

A formação continuada deve ir além dos aspectos teóricos, oferecendo aos professores ferramentas práticas para lidar com situações reais em sala de aula. Isso envolve o desenvolvimento de habilidades para identificar sinais de complicações relacionadas às condições de saúde dos alunos, assim como a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas às suas necessidades quando necessário.

A capacitação dos professores para o atendimento de alunos com necessidades especiais em saúde é um fator determinante para a inclusão escolar efetiva. Ao investir na formação docente e na criação de ambientes escolares preparados para atender a diversidade dos estudantes, é possível garantir não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a segurança e o bem-estar desses indivíduos. O fortalecimento do trabalho interdisciplinar e a adoção de estratégias de capacitação da comunidade escolar são fundamentais para que a escola seja um espaço verdadeiramente acolhedor e inclusivo (SCHNEIDER et al., 2022).

O ALUNO COMO DESVIO DA PERFORMATIVIDADE

Em sua obra *Moral Boundaries*, Joan Tronto (1993) propõe uma definição ampla de cuidado como tudo aquilo que fazemos para manter, continuar e reparar nosso mundo, de modo que possamos viver nele o melhor possível. Essa definição é deliberadamente expansiva, pois o mundo a que ela se refere não é apenas o espaço físico ou ambiental, mas inclui nossos corpos, nossas relações afetivas, nossas instituições e as estruturas que tornam a vida coletiva possível. Ao formular o cuidado nesses termos, Tronto rompe com a ideia de que cuidar é uma atividade naturalmente feminina ou restrita ao ambiente doméstico. O cuidado passa a ser entendido como condição ontológica da existência humana, pois todos somos vulneráveis, dependentes em diferentes momentos da vida e constitutivamente interdependentes.

O cuidado com um aluno com doença crônica, que envolve monitoramento constante, empatia e prontidão para agir em emergências, é, em grande parte, invisível aos olhos dos indicadores de qualidade. O professor que dedica tempo para acolher o aluno com doença crônica, garantindo que ele se sinta seguro e não estigmatizado, pode ser visto como ineficiente se isso não se traduzir em melhoria nos *rankings* da escola. Para o aluno com doença crônica, essa desumanização é perigosa, pois sua vida depende de uma relação de cuidado que reconheça sua subjetividade e não apenas seu rendimento acadêmico.

Joan Tronto (1993) argumenta que a atenção é a base da ética do cuidado, pois sem ela as necessidades do outro não são sequer reconhecidas. No entanto, Stephen Ball (2012) nos mostra que a performatividade "coloniza" a mente e a alma do professor, forçando-o a focar na fabricação de resultados. Desta forma, uma escola pode ostentar um selo de inclusiva, enquanto a alma do professor sofre com o terror da performatividade que o impede de exercer a atenção necessária para notar uma crise de emergência em um aluno, por exemplo.

Da mesma forma, os alunos são reduzidos a consumidores, frequentemente classificados por números, *rankings* e resultados em avaliações padronizadas, enquanto os aspectos críticos e éticos da formação são negligenciados e o potencial transformador da educação, ignorado, restringindo, desta maneira, a experiência educacional a uma etapa de cadeia produtiva cujo objetivo final é um diploma para o mercado de trabalho (ORTIZ et al., 2021).

Essa lógica aliena os indivíduos, fazendo com que eles internalizem a dinâmica do mercado como algo natural e inevitável. Por conseguinte, alunos portadores de doenças crônicas são vistos como problemas a serem resolvidos, ajustados ou gerenciados para que possam performar adequadamente no sistema e evitar que sua doença afete a produtividade escolar ou o desempenho em métricas de avaliação (BAUDRILLARD, 1995).

Assim, a doença deixa de ser uma experiência vivida por um indivíduo e se transforma em um signo de exclusão ou inadequação social e acadêmica. Este contexto resulta em ambientes pouco inclusivos e acolhedores, dificultam a adequada informação sobre a condição do aluno e o expõe a situações de preconceito e bullying, consequentemente, interferindo em sua capacidade e disposição ao tratamento de sua doença, pois o torna estigmatizado e alvo de agressores (ANDRADE e ALVES, 2019).

Neste sentido, podemos afirmar que há uma crise de humanidade, onde a sociedade, representada aqui pela comunidade escolar, demonstra ter perdido as referências da natureza humana como, por exemplo, a empatia, a compaixão, a solidariedade e o respeito, deixando-se enfeitiçar pelo sistema econômico vigente, tornando-se vulnerável às imposições publicitárias, mercadológicas e ao valor que os objetos atribuem àqueles que os possuem em detrimento de sua própria identidade.

Diferentemente desta visão, Freire (1967) defende uma abordagem que coloca o aluno e o professor como participantes fundamentais na construção de um processo educativo mais inclusivo e humano, valorizando sua singularidade e promovendo, deste modo, um ambiente em que suas necessidades sejam atendidas de forma integral. Para ele, a inclusão não é apenas uma questão de acesso, mas de reconhecer a riqueza das diferenças humanas e permitir que todos participem ativamente da construção do conhecimento, opondo-se a qualquer forma de exclusão ou marginalização. Preconiza também que o objetivo da educação não é produzir trabalhadores para o mercado, mas formar cidadãos conscientes, capazes de transformar sua realidade e construir uma sociedade mais justa.

Ball (2012) demonstra que a moralidade do mercado redefine o que conta como responsabilidade, já que não há mais a obrigação relacional com o outro vulnerável, mas sim a maximização de desempenho mensurável. Essa transformação é decisiva para a análise da presença de doenças crônicas na escola, pois o cuidado exigido por alunos com essa condição não se traduz facilmente em indicadores de performance. Eles implicam tempo adicional, flexibilização avaliativa e atenção relacional contínua, contudo, em um regime orientado por eficiência comparativa, tais práticas podem ser percebidas como custos institucionais sem retorno mensurável.

Não se trata de afirmar que escolas deliberadamente excluem estudantes com doenças crônicas, mas de reconhecer que o regime moral no qual operam não prioriza e nem recompensa práticas de cuidado que escapam à lógica da mensuração. Para Ball (2012), a resistência às políticas neoliberais não se dá apenas no plano institucional ou político, mas também no plano ético e subjetivo, na medida em que professores e gestores buscam preservar valores educacionais fundamentais em meio às pressões performativas.

Em seu livro *Caring Democracy*, Joan Tronto (2013) argumenta que as democracias contemporâneas falham porque estruturam suas instituições em torno de ideais de mercado, produtividade e autonomia individual, negligenciando o fato de que toda sociedade depende de extensas redes de cuidado. Ela identifica um fenômeno que chama de "irresponsabilidade privilegiada", isto é, a capacidade de grupos socialmente favorecidos de se eximirem das tarefas de cuidado, transferindo-as para mulheres, populações racializadas ou classes economicamente vulneráveis. Essa divisão desigual não é apenas uma injustiça distributiva, ela compromete a própria qualidade da democracia, pois invisibiliza a interdependência que sustenta a vida política.

Para Tronto, uma democracia genuína deve reconhecer que o cuidado é trabalho essencial e que sua organização é uma questão de justiça. Isso implica deslocar o foco da política de uma concepção abstrata de cidadania autônoma para uma concepção relacional de cidadania interdependente. A liberdade, nesse quadro, não é independência absoluta, mas a possibilidade de participar de redes de cuidado em condições de igualdade e reconhecimento. Aplicar a ética do cuidado em políticas públicas significa, antes de tudo, reconhecer o cuidado como infraestrutura social básica.

Sendo assim, é fundamental que haja um esforço da sociedade e do poder público no desenvolvimento de políticas para repensar e promover a educação como um espaço de diálogo,

criatividade e construção coletiva, que valorize a diversidade, que reconheça as condições de saúde não como obstáculos, mas como parte da experiência integral do sujeito, que busque construir ambientes acolhedores e inclusivos e que, principalmente, resista à lógica mercadológica e reafirme a humanidade de seus participantes.

CONCLUSÃO

A convergência entre performatividade e mercantilização produz uma educação orientada pela produção de resultados visíveis e comparáveis. Nesse processo, a qualidade tende a ser reduzida à sua representação estatística, configurando aquilo que, à luz de Baudrillard, pode ser entendido como simulacro educacional. A análise de Stephen Ball evidencia como essa lógica se institucionaliza por meio de políticas públicas e dispositivos avaliativos. Baudrillard aprofunda a crítica ao mostrar que os indicadores deixam de representar a realidade escolar e passam a substituí-la. Joan Tronto, por sua vez, introduz uma perspectiva ética que desafia esse paradigma, recolocando o cuidado como fundamento da prática educativa democrática.

Articular esses três autores permite compreender que o debate sobre políticas educacionais não é apenas técnico ou administrativo, mas profundamente simbólico e moral. Trata-se de decidir se a educação será orientada pela produção de performances e signos de excelência ou pela construção de relações de cuidado capazes de sustentar a vida democrática.

Ball não apenas denuncia os limites e perigos das políticas neoliberais, mas amplia o campo do pensável, mostrando que aquilo que se apresenta como inevitável é, na verdade, contingente, historicamente produzido e politicamente disputado. Sua obra convida-nos a resistir à naturalização da performatividade, da competição e da mercantilização, e a imaginar alternativas educacionais baseadas em solidariedade, democracia e justiça social.

Num contexto global marcado por crises múltiplas como econômicas, sociais, políticas e ambientais, por exemplo, a educação permanece um campo estratégico de disputa pelo futuro das sociedades. As contribuições desses autores oferecem instrumentos teóricos e políticos fundamentais para compreender essas disputas e para sustentar projetos educacionais comprometidos não apenas com a eficiência e o desempenho, mas com a dignidade humana, a igualdade substantiva e a emancipação coletiva. Nesse sentido, suas obras não são apenas uma análise crítica do presente, mas um convite à construção de futuros educacionais mais justos, democráticos e solidários.

A análise da presença de estudantes com doenças crônicas torna visível que o regime performativo não elimina o cuidado, mas o marginaliza estruturalmente, já que ele o transforma em trabalho invisível, dependente de boa vontade individual e não em princípio organizador da instituição. Por tanto, se a educação pretende sustentar um projeto democrático robusto, precisa reconciliar justiça distributiva com justiça relacional.

A Ética do Cuidado defendida por Joan Tronto oferece esse horizonte normativo e a sociologia política de Stephen Ball e Jean Baudrillard oferece o diagnóstico das forças que o dificultam, logo entendemos que a tensão entre performatividade e cuidado não é periférica e sim constitutiva da escola contemporânea, e é precisamente nas experiências de vulnerabilidade corporal que essa tensão se torna mais aguda e teoricamente reveladora.

Por tanto, a experiência escolar de alunos com doenças crônicas emerge, nessa articulação, como fenômeno estruturalmente situado na intersecção entre racionalidade neoliberal e falhas institucionais de cuidado. Compreender esse contexto exige abandonar explicações individualizantes e reconhecer que a inclusão é prática política e democrática. Deste modo, a escola, enquanto instituição democrática, deve organizar-se não apenas em torno do desempenho, mas da responsabilidade coletiva pelo cuidado, pois somente assim será possível construir ambientes verdadeiramente inclusivos e humanizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, C. J.; ALVES, C. A. Relationship between bullying and type 1 diabetes mellitus in children and adolescents: a systematic review. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 95, n. 5, p. 509-518, 2019. DOI: 10.1016/j.jped.2018.10.003.

APPLE, M. W. Educating the "right" way: markets, standards, God, and inequality. 2. ed. New York: Routledge, 2006.

ARAÚJO, C. M.; ARAÚJO, E. M.; SILVA, R. D. Para pensar sobre a formação continuada de professores é imprescindível uma teoria crítica de formação humana. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 95, p. 57-73, 2015. DOI: 10.1590/CC0101-32622015146820.

BALL, S. J. Education policy and social class: the selected works of Stephen J. Ball. New York: Routledge, 2012.

BAUDRILLARD, J. A sociedade do consumo. Lisboa: Edições 70, 1995.

BERNSTEIN, B. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. v. 4. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. Publicado originalmente em 1979.

DIEHL, L.; MARIN, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. DOI: 10.5433/2236-6407.2016v7n2p64.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 4. ed. v. 7. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. Publicado originalmente em 1970.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MELO, L. F.; BERNARDO, J.; SILVA, T. C.; DE MICHELI, D. Fatores que afetam a saúde docente: estudo introdutório em uma escola de educação básica de São Paulo. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 19, n. 4, p. 438-443, 2018. DOI: 10.17921/2447-8733.2018v19n4p438-443.

MELO, L. F.; DE MICHELI, D. A racionalidade do processo de adoecimento docente. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 23, n. 2, p. 154-160, 2022. DOI: 10.17921/2447-8733.2022v23n2p%p.

ORTIZ, G. S.; DENARDIN, L.; NETO, P. S. Sistemas apostilados de ensino e autonomia ilusória: reflexões à luz de José Contreras. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 102, n. 262, p. 607-625, 2021. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.102i262.4847.

PENSO, M.; BRASIL, K. C.; ARRAIS, A. R.; LORDELLO, S. R. A relação entre saúde e escola: percepções dos profissionais que trabalham com adolescentes na atenção primária à saúde no Distrito Federal. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 542-553, 2013. DOI: 10.1590/S0104-12902013000200023.

SANTOS, E. C.; ESPINOSA, M. M.; MARCON, S. R. Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do ensino fundamental. Acta Paulista de Enfermagem, v. 33, eAPE20180286, 2020. DOI: 10.37689/acta-ape/2020AO0286.

SCHNEIDER, S. A.; MAGALHÃES, C. R.; ALMEIDA, A. N. Percepções de educadores e profissionais de saúde sobre interdisciplinaridade no contexto do Programa Saúde na Escola. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 26, e210191, 2022. DOI: 10.1590/interface.210191.

TRONTO, J. C. Moral boundaries: a political argument for an ethic of care. New York: Routledge, 1993.

TRONTO, J. C. Caring democracy: markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.